



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

TEXTO DE DISCUSSÃO Nº 10

**O NEOLIBERALISMO NA ECONOMIA
BRASILEIRA. O QUE É O
NEOLIBERALISMO?**

SAMUEL COSTA FILHO
ABRIL/2006

Texto de Discussão

Ano 5 - nº 10 - maio/2006

Reitor da Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Luis de Sousa dos Santos Junior

Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras

Prof. Ms. Antonio Fonseca dos Santos Neto

Chefe do Departamento de Ciências Econômicas

Prof. Ms. Edson José de Castro Lima

Coordenador do Curso de Ciências Econômicas

Prof. Ms. José Lourenço Candido

Editado pelo DECON

Responsável

Prof./DECON Ms. Samuel Costa Filho

Conselho Editorial

Prof./DECON Esp. Luiz Carlos Rodrigues Cruz Puscas

Profa./DECON Dra. Maria do Socorro Lira Monteiro

Prof./DECON Dr. Solimar Oliveira Lima

Prof./DECON Ms. José Lourenço Candido

Prof./DECON Ms. Fernanda Rocha Veras de Araújo

FICHA CATALOGRÁFICA

Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí - v.1, n.10, a.5 (maio 2006) - Teresina: UFPI, 2006 - ISSN 1678-1988

1.Economia - Periódicos

CDD 330.05

O NEOLIBERALISMO NA ECONOMIA BRASILEIRA. O QUE É NEOLIBERALISMO?

Samuel Costa Filho¹

Resumo: O presente artigo apresenta o modelo “Novo Liberal”, implementado nos governos Collor e FHC, como o responsável pelas baixas taxas de crescimento econômico do Brasil nos últimos onze anos. Diferente dos “novos críticos” que concordam com a política econômica do governo, mas critica a excessiva rigidez da política monetária e a elevada valorização do Real, esse artigo não discorda do erro na política de câmbio e de juros, mas a classifica como um ponto superficial. A questão essencial diz respeito à continuidade na implementação do modelo neoliberal na economia brasileira, principal responsável pelo resultado medíocre na taxa média de crescimento na era Lula. Nessa linha, apresenta o avanço e a supremacia do novo liberalismo na América Latina e no Brasil, que agravou o modelo de “servidão financeira” da economia brasileira. Finalizando, traçam-se as características fundamentais do modelo “novo liberal”.

Palavras-chaves: Neoliberalismo; Economia Brasileira; Governo Lula.

O ano de 2005 foi marcado pelo aumento das críticas à política econômica posta em prática pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva. Para a grande maioria dos críticos, o problema se resume ao câmbio e aos juros, que estão impedindo um sólido e duradouro processo de crescimento econômico. Para esses críticos, a queda no crescimento em 2005 se deve ao câmbio, que apresenta forte valorização do Real, e ao Comitê de Política Monetária, que, durante todo o ano passado, tomou decisões extremamente conservadoras, mantendo a taxa de juros em níveis elevados.

Esse grande número de “novos críticos” entrou em cena com a reversão das expectativas sobre o crescimento da economia em 2005. Adeptos da estratégia da política econômica implementada - primeiramente por FHC e posteriormente por Lula - a adesão crítica de muitos desses economistas objetiva apenas se contrapor à gestão da política econômica, principalmente a gestão monetária e cambial do Banco Central, por considerá-la excessivamente conservadora ou incompetente na condução da política de juros. Esse

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI, Mestre em Economia do CAEN, Doutorando do IE/UNICAMP.

grupo parece acreditar que tudo que é necessário para a economia brasileira é um pouco mais de moderação na condução da atual política econômica. (Cardim de Carvalho, 2005).

O objetivo desse artigo é se posicionar contra esse ponto de vista e questionar a própria essência do modelo “Novo Liberal” implementado na economia brasileira e defender que o problema fundamental diz respeito à continuidade do regime neoliberal imposto à nossa economia por FHC, e não apenas o grau de aplicação dessa política, como enfatizam muitos desses “novos críticos”, adeptos dessa estratégia de política econômica.

Além dessa introdução, o artigo relata as críticas à política econômica atual. Posteriormente, trata de discorrer a respeito do avanço das idéias dos “Novos Liberais” no Brasil e na América Latina, para finalizar com a apresentação do receituário neoliberal.

I – 2005 E OS “NOVOS CRÍTICOS” DA POLÍTICA ECONÔMICA

A taxa média de crescimento da economia brasileira no governo Lula (2,5%) revela, mais uma vez, o resultado medíocre da implementação da política liberal no Brasil, semelhante também ao ocorrido nos demais países da América Latina. As taxas de crescimento do governo Lula mostram que estamos diante do chamado Vôo da Galinha, no fim de um mini-ciclo de crédito, de consumo e de exportação.

A manipulação da grande mídia, que sempre esteve presente nas gestões do Governo Fernando Henrique Cardoso, continua atuante no Governo do PT, de Luis Inácio Lula da Silva, tentando fazer a opinião pública acreditar que estamos na rota de um crescimento robusto e auto-sustentado. Um grande número de economistas apoiava essas políticas econômicas, ressaltando que a atitude do governo, em adotar essa política, estava correta e vinha sendo executada com grande sucesso.

Desde o início do governo, e durante todo o ano de 2005, a equipe econômica, o governo e a grande mídia tentaram convencer a sociedade de que a manutenção da política econômica correta e virtuosa tinha possibilitado, nos últimos três anos, manter a economia brasileira fora de qualquer turbulência interna ou externa. A escolha e a manutenção dessa política econômica teriam, ainda, provocado o ajustamento muito rápido no balanço de pagamentos e a redução da vulnerabilidade externa, fornecendo ganhos importantes nas exportações e viabilizando o seu crescimento acima de média mundial.

A política econômica austera também teria possibilitado o aumento das nossas reservas internacionais e, dessa forma, viabilizado a nossa saída do acordo com o Fundo Monetário, a redução do risco país (EMBI+ Brasil², chegou abaixo de 226 pontos) e, finalmente, a quase obtenção do “investment grade”³ das empresas de rating, ou seja, grau de investimento fornecido pelas empresas de classificação de risco para investidores internacionais. Como se vê, os credores do Brasil, estão felizes da vida.

O conservadorismo e a ortodoxia da política econômica de metas inflacionárias e a mediocridade do debate atual sobre a política econômica se encerram na manutenção do ajuste fiscal restritivo ou até na elevação do superávit, chegando até a proposta de superávit nominal zero. Esquecem os pontos-chave que se escondem na política econômica liberal, que estimula somente a especulação financeira e o capitalismo parasitário. Essa política ainda eleva o processo de concentração da renda e não combate o desemprego - numa lógica econômica em detrimento do setor produtivo, do crescimento do emprego e da produção.

O governo Lula conseguiu, nessa política de superávit primário, ir mais longe do que seu antecessor Fernando Henrique. Por livre iniciativa, elevou o superávit e sua equipe econômica pôs as taxas básicas de juros num nível tão elevado que assegurou ao capital financeiro algo em torno dos R\$ 155 bilhões de juros, somente em 2005. O capital financeiro encontra a seu serviço, no nosso país, uma política econômica sensível apenas aos seus interesses (Assis, 2005).

Acontece que, comparado ao governo de Fernando Henrique Cardoso, o governo Lula mostra resultados alvissareiros na área externa, principalmente com a mudança de rota comandada pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Apresenta, também, resultados positivos com o aumento quantitativo e nos valores destinados ao programa Bolsa Família, como ainda um pequeno avanço em relação à reforma agrária. Todavia, os resultados da política econômica são tão medíocres quanto a média dos oito anos do governo tucano, que dinamizou a “servidão financeira”⁴.

² EMBI+ é calculado pelo banco de investimento J.P. Morgan para medir o grau de confiança do investidor estrangeiro em economias emergentes. A agência de classificação de risco Standard & Poor's também elevou a nota da dívida externa brasileira de BB- para BB, ainda dois patamares abaixo do almejado “investment grade”, o melhor para atrair o interesse dos investidores. Ainda assim, o rating do Brasil apenas se iguala ao de países latino-americanos como Colômbia, Peru e Panamá.

³ Grupo de países que carregam menores probabilidades de não pagamento de suas dívidas. O risco-país não mede o risco que viver no país representa para seus habitantes, mas o risco que os credores da dívida pública correm de não receber o seu dinheiro.

⁴ Termo da economista Leda Paulani (2005), da USP, que mostra como o Brasil optou pela “servidão financeira” em detrimento de um modelo de desenvolvimento que levasse ao crescimento com distribuição de renda.

Essa armadilha, que foi montada no Brasil com a implementação do Plano Real e a política de combate à inflação, tem impedido o país de crescer⁵. O modelo “novo liberal”, que adota a fórmula de crescimento econômico com poupança externa baseada na idéia de que o desenvolvimento econômico resultará do fluxo natural de capitais dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, levou à dominação, cada vez maior, do capital especulativo em detrimento dos investimentos produtivos.

Durante os três anos do governo Lula, os principais pontos que impulsionaram o crescimento econômico foram baseados no comércio exterior e na economia do endividamento (crédito consignado), com a liberalização do mercado favorecendo os setores financeiro e exportador (principalmente o agronegócio). Ocorreu um processo de desnacionalização e de concentração e centralização do capital produtivo, como também nos rendimentos. Presenciamos, ainda, um aumento nas remessas de recursos para o exterior (lucros, royalties e outros pagamentos ao capital estrangeiro) e a conseqüente redução do Produto Nacional Bruto relativamente ao PIB (Juruá, 2005).

Em 2005, o desempenho da economia brasileira esteve abaixo da média mundial. A China cresceu 9,7%, a Argentina 8,7%, a Rússia 6,3%, o Peru 6,1%, a Turquia 5,5%. Nessa realidade, o setor produtivo mostra que estamos crescendo bem abaixo das demais economias emergentes e, em 2005, apresentamos taxa de crescimento que ficou à frente apenas do Haiti (1,5%), na América Latina e nas Antilhas.

A economia brasileira apresenta problemas tanto em termos de taxa de crescimento quanto em termos de regressão da estrutura produtiva. Ocorreu um processo de precarização das relações de trabalho – desemprego mais subemprego. Presenciamos uma elevada taxa de desemprego, queda da renda real da classe trabalhadora e, em especial, da classe média. Situação, essa, que é escamoteada por analistas financeiros e por muitos dos economistas que comandam o debate econômico na grande mídia⁶.

Mesmo diante de todas as restrições herdadas do governo FHC, o governo Lula encontrou um clima internacional auspiciosamente favorável. Nessa conjuntura, o fato de o

⁵ Assim, afirma Sader (2006): “.....*Se havia um homem forte, era Palocci. Definiu as linhas gerais da política econômica de continuidade com o governo FHC – a quem saudou fraternalmente em um seminário em Salvador, confessando que havia mantido a política do governo anterior -, usou braço de ferro para contengenciar recursos dos ministérios sociais, impôs um brutal superávit fiscal, manteve a taxa de juros real do Brasil como a mais alta do mundo. Em suma, foi o responsável pelo baixo crescimento da economia brasileira, por seu viés exportador, pelos lucros recordes dos bancos*”

⁶ Conforme afirma Coutinho (2006): “*O crescimento píffio produziu mobilidade social descendente, queda no emprego formal e explosão da informalidade. Isso, combinado com a sustentação de juros reais elevadíssimos no circuito da dívida pública (o maior ‘programa’ de transferência de renda da história) agravou ainda mais a concentração (tornando efêmeros os ganhos distributivos da estabilização monetária)*”.

Brasil crescer muito pouco, nos últimos três anos, deve-se única e exclusivamente à continuidade da política econômica. A incapacidade de querer ou fazer mudanças, sem grandes rupturas, depois da crise de 2002, quando os prêmios de risco batiam nos dois mil pontos (2.436 pontos em setembro de 2002, na crise pré-eleitoral), câmbio desvalorizado e dívida pública explodindo, revelam o equívoco da opção tomada e explicam esse resultado (Belluzzo, 2005).

O governo de Luis Inácio Lula da Silva mantém em curso reformas de segunda geração do neoliberalismo, que tende a promover uma regressão da economia e da sociedade brasileira aos padrões primitivos, com a flexibilização das leis trabalhistas, a privatização do aparato estatal e o estrangulamento de políticas públicas de seguridade social, atingindo em cheio as escassas e insuficientes conquistas sociais históricas da sociedade brasileira (Bresser Pereira, 2005).

Diferente da nossa realidade, os principais países emergentes estão aproveitando a bolha mundial para crescer, aumentar sua capacidade produtiva e investir. Países como a Índia⁷ e a China estão aproveitando e ganhando participação nos setores mais dinâmicos, constituindo suas estruturas industriais produtivas para competir, fugindo do receituário liberal.

A economia brasileira, praticamente, completou 25 anos sem crescimento econômico, de tal forma que a questão social que já era complexa, com crescimento econômico, sem ele tornou-se muito mais complicada e a violência avança na sociedade. O Brasil enfrenta grave problema social com políticas meramente assistencialistas. Acontece que a política econômica liberal rentista de superávits primários elevadíssimos e metas de inflação irrealistas tem contribuído, não somente para ausência de crescimento econômico, mas para piorar tal situação.

O professor Márcio Pochman (2005), demonstra que, enquanto as 20.000 famílias mais ricas recebem de juros de seus empréstimos ao governo, na rolagem da dívida interna, cerca de 110 bilhões de reais por ano, 8,7 milhões de famílias pobres recebem do governo Lula, através de seus programas sociais, cerca de 7 bilhões de reais. Isto significa que os ricos recebem, em média, R\$ 2.685,00 por dia e os mais pobres recebem, em média, R\$ 0,48 centavos. Essa política fornece altos dividendos eleitorais ao presidente Lula, serve

⁷ Steinbruch (2006) revela que dentre os emergentes, em especial os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), nos seis primeiros anos do século XXI, e considerando as previsões de 2006, a economia brasileira deve acumular um crescimento um pouco maior que 15%. Por outro lado, a China deverá crescer 63%, a Índia 43% e a Rússia 41%.

para diminuir as revoltas sociais, apresentando o governo de Luis Inácio Lula da Silva, aos intelectuais estrangeiros, como progressista e com aspectos benemerentes.

O problema é que não dá para encobrir o processo de concentração de renda em benefício dos rendimentos do capital financeiro no Brasil, durante o governo Lula⁸. O governo pratica a mais brutal política de concentração de renda do planeta. Na década de 80, a parcela do excedente operacional bruto no PIB da economia brasileira, que já era de 60%, cresceu e já ultrapassou os 65%. Na outra ponta, a participação dos rendimentos do trabalhador na Renda Nacional não pára de decrescer. Nessa linha, a publicação da nova lista da "Forbes" dos bilionários brasileiros é emblemática e apresenta o rápido processo de crescimento da relação dos bilionários brasileiros⁹, mesmo diante de taxas de crescimentos medíocres da economia brasileira. Esses milionários, historicamente, foram e são beneficiadas pelos governos de plantão e, na atualidade do governo Lula, com a continuidade da política “Novo Liberal”, não é diferente.

Infelizmente, o governo de Luis Inácio Lula da Silva não é um governo progressista. Utiliza uma política e um modelo que transfere renda dos pobres para os milionários rentistas, em, aproximadamente, 6% do PIB, via pagamento de juros. Acrescente-se a esse fato, que o atual governo seguiu o gasto social, principalmente restringindo o gasto em educação e saúde, e aumentou os gastos e benefícios assistencialistas para atender às vítimas mais fracas da sua perversa política (Bresser Pereira, 2006).

O primeiro mandato de Lula foi perdido. A implementação do modelo “Novo Liberal” impediu avanços e não dá margem a mudanças em prol de um desenvolvimento com redistribuição de renda. Nesse aspecto, tem razão, Juruá (2005), quando afirma que *“mantidas as atuais condições institucionais da economia brasileira, não há possibilidade alguma de implementar qualquer modelo de desenvolvimento econômico com justiça*

⁸ É também o que afirma Nassif (2006) quando comenta a atuação da política econômica comandada por Antônio Pallocci :”***Ajudou a dar sobrevida e sustentação a uma política implacável de concentração de renda, de aumento do endividamento público e de gestão de despesa na boca do caixa. Com sua falta de preparo, conseguiu prejudicar até a ortodoxia do Tesouro, atropelada pelo primarismo obcecado do Banco Central***”. Negritos de minha autoria.

⁹ O diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Boris Tabacof (2006), não entende bem essa realidade brasileira de transferência de renda pelo governo, saudando os grandes benefícios da globalização e do empreendedorismo. Em suas palavras: “*Vale a pena analisar esse movimento de proporções históricas, pois ele pode indicar a integração brasileira na verdadeira globalização, que é a dos fluxos de capital. Trilhões de dólares giram 24 horas por dia, acionados on-line, em busca de oportunidades de investimento. É um risco enorme e uma extraordinária oportunidade, num mundo em que os ativos, produtivos ou não, são avaliados e negociados a cada momento. Tudo isso sem respeitar fronteiras soberanas ou bancos centrais, que tentam correr atrás desse interminável tsunami*”.

social. Sobre espaço político apenas para as chamadas políticas assistencialistas de inclusão social que, na verdade, são migalhas do banquete servido às altas finanças internacionais pelos Poderes da República brasileira”.

O processo de avanço desse modelo “Novo Liberal” foi lento, mas vigoroso. A crise do capitalismo no final do século XX propiciou solo fértil para sua expansão e domínio.

II - A SUPREMACIA DO NOVO LIBERALISMO

Durante a década de 90, após a derrocada do Socialismo Real do Leste Europeu e do surgimento das idéias sobre o fim da história, predominou a visão de que o capitalismo liberal iniciara uma nova Era de Ouro. Os admiradores do capitalismo não se cansaram de afirmar a superioridade desse sistema e a falta de alternativa à economia de mercado. Foi apregoada uma era de prosperidade, de elevados investimentos dos países desenvolvidos nos países emergentes e de grande progresso tecnológico, como resultado dessa nova etapa do sistema capitalista.

Nessa fase, batizada de globalização, propaga-se a crença de que o sistema capitalista é a solução ideal para a sociedade, representando a forma mais perfeita e acabada de organização humana. Cresceu a fé na economia de mercado¹⁰ e na sua capacidade auto-reguladora. Para os seus apologistas, o capitalismo é o único sistema que, por ter em vista a produção orientada para o mercado, atendendo preferencialmente aos consumidores, opera nos setores mais lucrativos e adota os métodos mais eficientes, representando assim um sistema perfeito, desde que não sofra a desnecessária intervenção do Estado que, supostamente, não poderia torná-lo mais eficaz.

¹⁰ “Mercado” este, que não se trata de uma entidade abstrata como querem fazer parecer os que louvam o sistema capitalista. O “Mercado”, principalmente o financeiro, é controlado pelos grandes credores e detentores de liquidez. Assim, a sabedoria dos mercados financeiros internacionais não passa de uma farsa para encobrir o controle da economia mundial por um pequeno número de atores privilegiados.

O “novo liberalismo¹¹” ocupou uma posição-chave, como geradora primária de uma ideologia de defesa da livre empresa na esfera econômica e da democracia liberal na esfera política¹². Para os neoliberais, só uma economia de mercado na qual os empresários tenham liberdade total de ação produziria bons resultados. Apresentam ainda uma negação das questões sociais de forma explícita e programática em proveito das questões econômicas.

A repetição constante desse “pensamento único¹³”, em todos os meios de comunicação e por quase toda as matizes políticas, conferiu ao “novo liberalismo” uma força de intimidação que encobriu e asfixiou toda tentativa de crítica e de livre reflexão sobre o que na realidade ocorria na “nova ordem mundial”.

A arrogância e a força ideológica desse “novo liberalismo” possibilitaram uma política de controle social que desqualificava os críticos ou os que defendiam reformas sociais. Desqualificação, em tal magnitude, que classificava os críticos por meio de adjetivos como “atrasados¹⁴”, “retrógrados”, “dinossauros”, “radicais”, “esquerda burra”.

Em Nível global, a revista *The Economist*, o *The Wall Street Journal*, e o *Financial Time*, principais órgãos de informação econômica dos investidores e financistas, repetiram e reproduziram o discurso “novo liberal”, apresentando a comunidade internacional de homens de negócios uma proposta editorial adequada à livre empresa e à expansão dos interesses globais das potências centrais, ou seja, no interesse das forças econômicas ligadas ao capital internacional.

¹¹ De acordo com Moraes (2001:10), o “Novo Liberalismo” tem vários significados: 1) uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver o mundo; 2) movimento intelectual organizado, com centro de geração e programas de difusão e promoção de eventos; 3) um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, e propagadas pelo mundo a partir das organizações Banco Mundial (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

¹² Democracia liberal conservadora e limitada. Os defensores desse “novo liberalismo”, de Friedrich August Von Hayek e James M Buchanan, defendem uma política conservadora em que pretendem impor limites drásticos às “irresponsabilidades” da democracia de massa, ou seja, os neoliberais, por intermédio de um estado forte, pretendem limitar a “Democracia majoritária”.

¹³ Pensamento único que, no pós-guerra, desdobrou-se em três linhas: 1) a escola austríaca, liderada por Hayek, o patrono de todo o pensamento neoliberal contemporâneo; 2) a escola de Chicago, do liberal monetarista Milton Friedman e Geri Becker, com a teoria do capital humano; 3) a escola de Virgínia ou Public Choice, que tem em James Buchanan o seu principal nome.

¹⁴ Todavia, é o novo liberalismo que sugere o retorno a um modelo ideal, em que seus componentes atualizam pontos de vista e são herdeiros da tradição ideológica formada pelos conservadores do século XIX.

No Brasil, o jornalismo econômico disseminou com entusiasmo a expressão “globalização” como palavra mágica que a tudo justificava. Esse fenômeno foi apresentado como inevitável e irreversível¹⁵, de tal forma que ninguém podia evitar o processo de globalização, sendo necessário adaptar-se o mais rápido e mais intensamente possível, iniciando um virtuoso futuro de crescimento econômico e de elevação no nível de emprego.

Nesse contexto, surgiu um consenso nos meios de comunicação em que todos os jornais, revistas¹⁶ e redes de televisão brasileiras repetiam as teses liberais e escamoteavam as críticas. Os novos termos do jornalismo econômico brasileiro passaram a ser expressões como “Globalização”, “Custo Brasil”, “Mercados Emergentes” e “Reinserção Competitiva na Economia Mundial”. Todas essas palavras foram contaminadas com elevada carga ideológica¹⁷ (Kucinski, 2000).

As forças conservadoras na periferia do capitalismo, em meio a essa avalanche liberal e respaldada no Consenso de Washington¹⁸, implementaram políticas de cunho ortodoxo por quase toda a América Latina. Hoje se constata que todas essas políticas de liberalização da economia resultaram num enorme fracasso. Políticas de austeridade fiscal, altas taxas de juros, abertura comercial, liberalização da conta capital e dos mercados de capitais e a política de privatização provocaram baixos níveis de crescimento, redução das taxas de investimento, crescimento acelerado do desemprego, crescimento da dívida interna e externa, queda do poder aquisitivo da classe trabalhadora e aumento da vulnerabilidade

¹⁵ No artigo “As Novas Tábuas da Lei de Deus” (apud Malaguti, 1997, p.17/18), o professor da Université Catholique de Louvain, Riccardo Petrella apresenta as tábuas das leis dos dias atuais, consagrando a aliança entre o mercado e o conjunto de humanidade. O mercado é o grande regulador da vida econômica, o guia dos homens e da sociedade, os quais devem a ele se adaptar por toda a eternidade. As exigências e imposições da globalização não permitem que nenhum indivíduo e nenhuma sociedade possam escapar. Nesse contexto, a única liberdade que o mercado oferece ao homem é a de submeter-se.

¹⁶ Com exceção das revistas Carta Capital e Caros Amigos.

¹⁷ E no Brasil, os intelectuais que aderiram ao “Novo Liberalismo” apresentam atitude que procuram negar até a existência do neoliberalismo. Exemplos são muitos, citaremos apenas dois: *“tentaremos argumentar que, por trás da crítica genérica – e apelativa – contra o neoliberalismo, há muito mais adjetivos do que substância e procuramos defender a tese de que algumas das políticas genericamente acusadas de neoliberais nada mais são, muitas vezes, do que um conjunto de propostas pautadas pelo simples bom senso”* (Giambiagi & Moreira, 2000:172). Também em Denis L. Rosenfield (2004): *“Neoliberal” era, então, uma qualificação utilizada pelo PT com o objetivo de caracterizar a gestão macroeconômica levada a cabo pelo PSDB e pelo PFL. Tratava-se de um uso retórico com propósitos políticos que foi muito bem utilizado, tanto que se tornou uma forma de qualificação perjorativa*“.

¹⁸ Segundo Tavares (1995:67), *“O Consenso de Washington é um conjunto cada vez mais abrangente de regras de condicionalidades aplicadas pelos organismos internacionais, sobretudo o FMI e o Banco Mundial, que os países devedores do mundo periférico e agora do ex-mundo socialista têm de aceitar para obter apoio político das grandes potências e escasso apoio financeiro dos bancos e agências internacionais”*.

externa em todos os países que seguiram a política econômica recomendada pelo Consenso de Washington¹⁹.

Infelizmente, o Brasil também optou por inserir-se, subordinada e passivamente, no processo de globalização, durante os anos 90. Analisando o desempenho do PIB brasileiro nesse período, constatamos que a economia brasileira apresentou um quadro de semi-estagnação econômica com um crescimento médio que rivaliza com o da chamada “Década Perdida”. A política econômica implementada entre os anos de 1990 e 1992, resultou num período de forte instabilidade, seguindo-se um período de curta recuperação, entre 1993/1995 - decorrente do incentivo ao aumento do consumo interno promovido pelo Plano Real e da estagnação econômica, entre 1996/1999. A era medíocre de governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) terminou apresentando uma taxa de crescimento anual do PIB de apenas 2,3%.

O grande capital internacional e os mercados financeiros globalizados ditaram as regras que o Brasil se submeteu, elevando a nossa grande vulnerabilidade e a nossa dependência de capitais externos. Essa política aumentou enormemente a dependência internacional do país a ponto de forçar o governo FHC a recorrer três vezes ao Fundo Monetário Internacional (FMI) entre os anos de 1999/2003.

De 1999 ao início de 2005, a economia brasileira ficou sob a tutela do FMI, que determinava a política econômica adotada pelo Brasil. O governo de Luís Inácio Lula da Silva, ao assumir, viu-se na prisão dos devedores internacionais, presos pelas obrigações criadas por FHC para com o Citibank e seu braço policial, o FMI (Palast. 2004).

Os idealizadores do modelo liberal, no Brasil, realizaram um processo de abertura da economia, prometendo a elevação na taxa de crescimento da produtividade que ensejaria o processo de crescimento econômico brasileiro e melhorias, tanto na distribuição de renda quanto na competitividade da economia (Franco, 1999).

Nesse período, parafraseando Delfin Netto (2004), “os nouveaux économistes” apregoaram a falsa idéia de que a abertura econômica do Brasil nos tornaria mais

¹⁹ O consenso de Washington compreende um decálogo: 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto; 8. privatização; 9. desregulamentação; e 10. propriedade intelectual.

competitivos e eficientes e nos levaria ao “primeiro mundo”. Ocorre que, há mais de uma década, acreditamos que a estabilidade da moeda e o modelo liberal irão possibilitar essas mudanças e o crescimento econômico, mas os seus resultados são desalentadores. O que restou da grande aventura da “modernização”, de 1990/2005, foi a substituição do fenômeno inflacionário pela grande armadilha do endividamento interno e externo, aliado a uma política de metas inflacionárias comandadas por taxas de juros mais que elevadas.

Atualmente, o governo de Luis Inácio Lula da Silva tem claramente uma proposta de continuidade desse modelo, não somente no campo da política de gerenciamento macroeconômico de curto prazo, mas também na implantação e aprofundamento desse desastroso modelo liberal.

A surpresa, experimentada pela sociedade e pelos sindicatos mais combativos, com a linha adotada pelos petistas no governo, parece ter desorientado e anestesiado a luta dos progressistas por constantes mudanças sociais e pelo fim desse nocivo modelo implementado na década passada. Todavia, não podemos esperar que o governo, associado às nossas elites, realize reformas estruturais de cima para baixo e modifique a atual situação da economia e da sociedade brasileira.

Nesse contexto, devemos lembrar que as reformas liberais que assolam o mundo capitalista foram executadas, em várias partes do planeta, pelos partidos ditos progressistas ou de esquerdas. Como os partidos conservadores não tiveram força nem coragem para implementar a realização de todas as reformas liberais de diminuição e sucateamento do Estado (corte nos gastos sociais e nos investimentos do setor público), de redução dos direitos trabalhistas e do enfraquecimento do poder dos sindicatos, entregaram essa tarefa aos partidos de esquerda que sancionaram, de forma “competente”, tais políticas. São os partidos progressistas, os encarregados do desmantelamento do *Welfare State* e da destruição do poder sindical, de tal modo que os capitalistas e o capital estão tomando de volta dos trabalhadores quase todos os ganhos sociais acumulados nos Trinta Anos Gloriosos (1940/1970).

Na Europa, o Partido Social-Democrata (na Alemanha), a Democracia Cristã (na Itália), os Partidos Socialistas (na França, Espanha e Portugal), e o Partido Trabalhista (na

Inglaterra) foram os que realizaram o “**jogo sujo**” em favor do **CAPITAL** contra a classe trabalhadora e a maioria da população de seus países²⁰.

Na América Latina, o comportamento não foi diferente. Realização similar ficou a cargo do Partido Peronista (na Argentina), do partido Socialista e da Democracia Católica (no Chile) e da Social-Democracia do PSDB (no Brasil). Assim, diferente do afirmado pelo “antigo PT²¹” não é surpresa que o atual governo de LULA esteja também implementando as reformas que o governo de FHC não conseguiu ou não quis realizar, continuando, dessa forma, “o terceiro mandato do tucanato”, idéia tão sonhada pelo ex-ministro Sergio Mota.

As argumentações infantis, simplistas e didáticas, próximas do senso comum, sobre as vantagens da globalização e do livre-mercado não foram impedimentos para difusão rápida dessa ideologia. A renúncia dos intelectuais e dos partidos políticos “progressistas” de apresentar uma proposta alternativa, aliada a cooptação de intelectuais, por intermédio de fartas verbas de pesquisa e/ou empregos na administração pública foram os motivos que levaram a academia a renunciar ao combate e que possibilitaram a fácil e livre difusão das idéias dos “Novos Liberais” no seio da sociedade (Malaguti, *ett all*, 1997).

Este argumento ideológico ainda se mantém, apesar dos flagrantes desmentidos da história e dos desastres que provocou em todos os países que utilizaram as recomendações dos liberais. Em virtude da larga utilização do receituário “Novo Liberal”, o continente latino-americano apresenta, hoje um quadro de fragilidade na sua situação econômica, política e institucional, apresentando ainda um agravamento no quadro social (Soares, 2000).

²⁰ Jogo sujo em favor do capital, porque a maioria das reformas foi ditada somente por princípios econômicos liberais, desacompanhados de qualquer justificativa ética e/ou moral ou por motivações traduzíveis em princípios de justiça.

²¹ Como afirma Benjamin (2005), “*Triste destino, o do PT: em 1989, apontava que a aliança correta, aquela capaz de retirar a Nação da crise, tem de ocorrer entre o mundo do trabalho e da cultura, de um lado, e os mais pobres, de outro, com a subsequente reforma de instituições e costumes. Em 2002, tornou-se um instrumento da aliança espúria que mantém o Brasil em crise crônica. Continuará a existir como uma legenda a mais na política institucional, cada vez mais distanciada do povo. É tudo melancólico e patético para quem, algum dia, sonhou em mudar o país. Estamos assistindo ao fim de um ciclo na existência da esquerda brasileira, um ciclo que não deixa legado teórico, político ou moral. Resta saber como e quando ela se recomporá. Seja como for, o PT pertence ao passado*”. Negritos de minha autoria.

A vitória da ideologia do “novo liberalismo” provocou o esgotamento da política social-democrata²², deteriorou os serviços do Estado e ganhou os corações das novas gerações, de tal maneira que a grande maioria dos jovens passaram a ter como projeto pessoal somente “subir na vida”, transportando para o conjunto da sociedade os princípios darwinistas de sobrevivência do mais apto.

A “obsessão em vencer²³”, o sucesso dos mais aptos, o estímulo ao desejo de atingir o topo da pirâmide social, como sonho individual máximo realizado por poucos, recria uma sociedade capitalista de rivalidade, incompatibilidade, antagonismos, racismo, xenofobia e violência, onde os vencedores não devem nada àqueles que esmagaram²⁴. Resulta numa sociedade onde, ao lado de reduzido número de vencedores, encontramos muitos rejeitados que não têm mais nada o que esperar.

Acontece que a história do capitalismo nos séculos XIX e XX foi, fundamentalmente, a história da redução desses excessos maléficos característicos do capitalismo, quer seja controlando o processo da concentração em oligopólios e monopólios, quer seja regulando a sua lógica de exploração da força de trabalho, em virtude do ideal, até então hegemônico, pretender governar a sociedade com a afirmação dos princípios de igualdade, de justiça social e de solidariedade ao longo desses séculos. Dominou a priorização da política e da ética, em lugar dos princípios econômicos²⁵ liberais.

O processo de globalização da economia libertou o capitalismo das regras, procedimentos e instituições que permitiram a construção do “contrato social” do Estado do Bem-Estar Social, ou seja, do *Welfare State*. Pela via da globalização, o capitalismo reconstruiu, em escala planetária, seu enorme poder de concentração econômico, financeiro

²² Ao difundirem as idéias de que no “mundo viciado” da política, o Estado, freqüentemente, ao buscar proteger o cidadão acaba na verdade produzindo ineficácia e clientelismo, de tal sorte que o custo acabava sendo pago pelo mesmo cidadão que o Estado procurava socorrer. Nesse caso, os liberais pregam uma espécie de revolução constitucional que ponha fim à “democracia ilimitada”.

²³ Groz apud Malaguti (1998:50)

²⁴ Como afirma Sigmunt Bauman (2005): “Tudo se passa como se não houvesse lugar para a cidadania fora do consumismo e do individualismo, do cada um por si”. Ou como: “*O sentimento de impotência coletiva, a idéia de que certos problemas não têm solução e que o negocio é cada um cuidar da sua vida, o afastamento entre as esferas públicas e privadas*”.

²⁵ Princípio econômico baseado no homem econômico dotado de uma racionalidade calculadora que procura obter o máximo de satisfação a partir dos recursos escassos de que dispõe.

e político, de modo a tornar o mercado e a moeda como os únicos valores prioritários para a humanidade no atual estágio do sistema capitalista globalizado²⁶.

III – O NOVO LIBERALISMO OU O MODELO NEOLIBERAL

Apesar de um grande número de intelectuais teimar em dizer que não existe e/ou tentar desclassificar os diversos críticos, afinal, do que trata esse modelo “Novo Liberal” ou “Neoliberalismo²⁷?”.

O neoliberalismo²⁸ representa muito mais que um conjunto rígido e definido de políticas econômicas a serem aplicadas. Na verdade, o neoliberalismo possui um grande, variado e flexível conjunto de idéias e de políticas econômicas, de tal modo a acomodar as peculiaridades institucionais e as necessidades de cada país que o utiliza. Assim sendo, o neoliberalismo é muito mais que um determinado tipo de política econômica. O neoliberalismo é um conjunto amplo de idéias e valores, ou seja, representa um paradigma²⁹ que consubstancia e defende as políticas econômicas que têm referência nos mecanismos de mercado.

²⁶ O liberalismo reduziu-se ao mero credo de que não há alternativa, que toda e qualquer alternativa é pior se experimentada na prática.

²⁷ Para Ricardo Gómez apud Carvalho (2005), existem quatro períodos na história do liberalismo: 1) o liberalismo clássico, de Adam Smith; 2) o liberalismo neoclássico, do século XIX; 3) o neoliberalismo da luta teórica de Friedrich Hayek e Milton Friedman; e, 4) o neoliberalismo “implantado” a partir do golpe militar de 1973, no Chile, cuja fase atual caracteriza-se pelo “extremismo teórico”, no qual a solução dos seus problemas “é sempre mais neoliberalismo”.

²⁸ O restante deste tópico do trabalho é baseado no trabalho Carvalho, Carlos E. **Governo Lula, o triunfo do neoliberalismo**. Disponível em: <<http://www.agendacartamaior.com.br>>.

²⁹ Nas palavras de Carvalho (1995:2), “Quando analisado pela ótica das políticas econômicas, o neoliberalismo se revela mais um paradigma que um receituário detalhado, mais um conjunto de valores gerais para orientar as políticas econômicas que um conjunto articulado de políticas específicas. É um paradigma forte, bastante para estabelecer limites rígidos para as orientações básicas das políticas a serem feitas, para estabelecer um campo de idéias difícil de ser rompido e contestado; mas, é também um paradigma elástico e amplo, bastante para abrigar políticas específicas muito variadas e mesmo díspares entre si”.

O caráter genérico e vago do neoliberalismo³⁰ fornece uma ampla margem de manobra e atuação para os governos que optarem por esse modelo. Essa flexibilidade permite aos defensores do “Novo Liberalismo” a síndrome da imunidade auto-atribuída³¹, ou seja, transferir para os países, e seus respectivos governos, a responsabilidade³² pelos fracassos das políticas implementadas sob sua orientação.

Na visão do neoliberalismo, os problemas dos países emergentes e subdesenvolvidos não decorrem de problemas estruturais internos ao funcionamento de suas economias, como tão bem explicou a CEPAL - Comissão Econômica para América Latina, nem são oriundos da participação em uma ordem econômica internacional, desigual e injusta, como é apresentada pelo pensamento heterodoxo.

Os “Novos Liberais”, intencionalmente, esqueceram de mostrar que a falência do Estado e a inflação na América Latina foram frutos da política de endividamento externo desses países, estimulada fortemente pelo mercado privado de capitais, a partir dos anos 70, e da posterior aplicação das políticas de ajustamento impostas pelo FMI, em janeiro de 1983³³; não lembraram de ressaltar a derrubada de um dos pilares do sistema monetário criado em *Bretton Woods*, ou seja, o processo de desvinculação do dólar ao ouro entre 1971/73 e a espetacular elevação da taxa de juros pelo *Federal Reserve System*, em 1979. Não lembraram, também da elevação da taxa de juros, com o objetivo de combater a inflação nos Estados Unidos, mas que pegou os países latinos americanos imprudentemente endividados, à taxa de juros flutuante, de tal modo que provocou a insolvência desses devedores³⁴.

³⁰ Caráter genérico e vago, não somente do neoliberalismo, mas também das propostas do Consenso de Washington. Segundo Tavares (1999:68), “*As reformas neoliberais têm tido práticas concretas muito distintas. Mas, como “doutrina”, estão centradas na desregulamentação dos mercados, aventura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado (para chegar ao chamado Estado mínimo)*”.

³¹ Afirmação de Carcanholo (1998:84).

³² Transferir não somente responsabilidades, mas também apresentar explicações fáceis para seus fracassos retumbantes.

³³ Como demonstra (Munhoz 2005/b: 2), nesse momento, os países industrializados transferiram para as nações em desenvolvimento a conta da elevação do preço do petróleo, num total de US \$ 350,0 bilhões entre 1974 e 1982.

³⁴ Encontra-se em Munhoz (1984) a maneira como o FMI colocou nos acordos assinados como o governo brasileiro, o critério absurdo e ideológico de considerar como déficit público os investimentos de empresas estatais financiadas por terceiros. Assim, o que o fundo procurava, e conseguiu, estrangular as empresas estatais, desorganizando setores estratégicos para os países – siderurgia, energia elétrica, telecomunicações, saneamento, portos - a fim de assim abrir caminho para uma privatização a qualquer preço.

Também esqueceram de ressaltar as diversas e fracassadas estratégias de refinanciamento da dívida desses países, que implicaram em perda considerável da autonomia de formulação e execução de política macroeconômica pelos países endividados. E, por fim, somente com um atraso de seis anos é que surgiu o Plano *Brady*, que, modestamente, em termos quantitativos, reduziu a níveis inferiores a 20% o estoque da dívida junto aos bancos comerciais americanos (Batista, 1995).

Para o neoliberalismo, o problema desses países atrasados passa a ser classificado como desajustes fiscais e desequilíbrios orçamentários devido à ineficiência e populismo no gerenciamento realizado pelo Estado³⁵ no período anterior, ou seja, trata-se apenas de um problema fiscal, culpa exclusiva do Estado; e que não possui ligação com deficiências dos mecanismos de mercados.

Um resumo do paradigma “Novo Liberal”, a partir da experiência da América Latina dos últimos anos, pode ser elaborado tendo como base os seguintes pontos:

- 1) prioridade absoluta para os direitos do capital;
- 2) ocultamento das relações capital-trabalho e responsabilização do indivíduo frente ao capital;
- 3) despolitização da política econômica, tratada como técnica universal;
- 4) abertura de novos espaços para a valorização do capital;
- 5) responsabilização dos países dependentes pelos efeitos da desordem financeira internacional.

A política econômica neoliberal passa a dar prioridade absoluta para os direitos do capital, independentemente do partido que esteja no poder. Essa política, lamentavelmente, continua sendo a preferida pelo governo petista de Luís Inácio Lula da Silva. Nessa linha, a equipe econômica tem procurado garantir e priorizar os direitos dos credores e investidores em títulos financeiros. O discurso dominante é o de “respeitar os contratos”, apresentar

³⁵ Nessa linha, como afirma Munhoz (2005/a: 14), “a alegada inevitabilidade da globalização constituía apenas um dos argumentos trabalhados por governos e instituições internacionais dentro das linhas do Consenso de Washington (1989), que paralelamente defendia, dentre os vários pontos, a privatização das empresas públicas. Essa onda neoliberal tinha como objetivo último não a consolidação das economias em

“regras claras” e “transparentes”, sinalizando para o mercado uma política econômica clara e responsável como norma.

No Brasil, mudou o governo, mas não mudou a equação básica pela qual a tecnocracia “Novo Liberal” manda na política econômica do governo Lula. A máquina operacional da Fazenda e do Banco Central está contaminada e dominada pelos neoliberais. Esses tecnocratas foram aculturados pelo FMI, BIRD (Banco Mundial) e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e inviabilizaram qualquer possibilidade de se fazer política econômica independente e autônoma (Assis, 2004).

Neste quadro, a prioridade é o ajuste fiscal que garanta o pagamento pontual das obrigações do Estado para com a dívida pública³⁶. É igualmente fundamental manter a estabilidade do valor da moeda e o bom funcionamento do sistema financeiro, para evitar riscos de desvalorização financeira que prejudiquem os aplicadores deste sistema. E, finalmente, são necessárias uma ampla liberdade cambial, livre movimentação de capitais e conversibilidade fácil e rápida para que esses capitais possam voar rapidamente; quando bem entenderem e quiserem, e caso achem necessário.

Por outro lado, diferente da época do *Welfare-State* Keynesiano que proclamava o direito ao emprego, a salários dignos e fornecia uma gama de outras proteções sociais, o neoliberalismo procura excluir do debate público as relações de trabalho. Esse ponto é tratado como se não existisse ou como uma questão privada sobre a qual não se deve falar. A disputa ente capital-trabalho desaparece completamente do debate e passa a predominar a retórica de parcerias e de cooperação entre os empresários e os trabalhadores do setor privado³⁷.

desenvolvimento, *mas sim a fragilização dos Estados nacionais e a desarticulação de projetos de fortalecimento econômico*”.

³⁶ A economia de recursos (Superávit Primário) foi a mais importante das exigências do FMI para emprestar dinheiro ao Brasil. O Fundo entende que, sem economizar recursos, o país não consegue conquistar a confiança do mercado internacional e não será capaz de honrar seus compromissos com os credores. Mesmo após o fim do acordo, em março de 2005, o governo brasileiro decidiu manter a mesma política para assegurar o gerenciamento da dívida. Em 2004, a meta de superávit primário foi de 4,25% do PIB. No ano de 2005 permaneceu nos mesmo 4,25% do PIB.

³⁷ Nessa linha, citamos **Evelyn Berg Ioschpe**, Presidente da Fundação Ioschpe e do Instituto Arte na Escola, que, no artigo **Capitalismo Responsável (2004)** apresenta a seguinte pérola burguesa que somente um tolo ou um cientista social desinformado pode acreditar: “*Quem tem ouvido falar em “capitalismo selvagem” ultimamente? Saiu de moda. Não é mais o caso. É isto. O outro lado – o comunismo – é que desapareceu. Ou quase. Mas onde foi parar o tal “capitalismo selvagem”? Tenho ouvido muito mais falar em*

Nessa nova realidade, os direitos trabalhistas são tratados como privilégios, como fruto da irresponsabilidade e do populismo da época anterior e como causa de desemprego e de ineficiência econômica. Presenciamos um amplo processo de desmontagem dos direitos do trabalho desenvolvido nos últimos anos, como criação de legislação sobre cooperativa, terceirização e outros instrumentos legais, que vem legitimar formas antigas e desejáveis de contratação e, ainda, mascarando o processo de subcontratação de trabalhadores e a eliminação das responsabilidades patronais.

As empresas são tratadas como vítimas das legislações trabalhista e tributária que, de tão inadequadas, penalizam muito dos empresários e dos trabalhadores. Muda completamente o enfoque do desemprego, que passa a ser culpa do próprio indivíduo; ou pela falta de formação ou qualificação profissional e/ou, também, devido ao elevado custo de contratação formal de trabalhadores.

Dessa forma, a possibilidade de emprego passa a decorrer da qualificação e das aptidões do trabalhador, não tendo mais nada a ver com o desempenho da economia e de sua estrutura produtiva. No que diz respeito à política de defesa sagrada do “cumprimento dos contratos”, inclui-se apenas aqueles que envolvem a remuneração do capital e não os contratos que envolvem as obrigações do capital para com o trabalho.

No campo da proteção social, essa obrigação é retirada do Estado e dos compromissos que devem orientar a política econômica. A proteção social passa também a ser tratada como uma questão individual, com cada pessoa tendo o dever de se prevenir. Os direitos fundamentais passam para o campo da caridade³⁸, do auxílio mútuo entre as pessoas; desaparece a retórica social-democrata de direitos e obrigações do Estado para com todos os indivíduos da nação.

Apresentando a Ciência Econômica como ciência exata, a política macroeconômica é apresentada como uma técnica científica rígida. Ocorre um processo de

Responsabilidade Social Empresarial do que sobre seu contrário. E não é que os empresários tenham mudado: empresário continua correndo atrás de sua realeza, o lucro, e quer ser o primeiro nas paradas de sucesso. Ou não se faz mais paradas de sucesso como antigamente? O lucro a qualquer custo, seja este humano ou ambiental, afete ele a saúde dos trabalhadores ou da atmosfera, já não é mais admissível. E quando o sistema já não o admite, deixa, justamente, de ser lucrativo”.

despolitização da macroeconômica, por intermédio do discurso da existência de uma técnica inequívoca³⁹, dividida entre políticas “repensáveis” e políticas “populistas” ou “irresponsáveis”.

A política econômica deixa de ter a preocupação com o crescimento econômico, com o emprego e com a distribuição de renda e passa a priorizar programas localizados de eficiência e produtividade microeconômicos. Nessa nova estrutura, a luta pela independência e autonomia de determinadas instâncias públicas decisivas, em especial o Banco Central⁴⁰, faz-se importante e decisiva, de modo a deixá-los fora do alcance da sociedade civil e das instituições políticas democráticas.

O neoliberalismo está voltado para desmontar o Estado Intervencionista e do Bem-Estar Social e operar em favor dos grupos mais influentes do capital. Apresenta-se como antiestatal, mas é incapaz de se afirmar sem o apoio do Estado, ou seja, depende da iniciativa e da ajuda do Estado para ser implantado e gerido. Nessa linha, transfere as responsabilidades econômicas e sociais para os indivíduos (frente ao capital) e para os países da periferia (frente aos países centrais), sem prescindir do apoio dos bancos centrais aos grandes bancos privados e aos credores do estado, nem do FMI e do governo dos Estados Unidos da América aos banqueiros e especuladores.

Coerente com o seu modelo, o neoliberalismo encaminha o processo de privatização generalizado de todo o setor produtivo estatal. Objetiva também a transferência da previdência social, saúde e educação para a iniciativa privada, com o velho argumento de que o mercado é mais eficiente do que o Estado, tanto na promoção das necessidades individuais quanto na promoção das necessidades sociais. Nesse “Estado

³⁸ Na forma de festivais de caridade e compaixão, como é realizado freqüentemente pelas campanhas assistencialistas promovidas por grandes redes de comunicação (Globo, SBT, Bandeirantes, Record), capazes de mobilizar virtualmente milhões de pessoas.

³⁹ Esse racionalismo técnico privilegiará, sempre, os ganhos financeiros em detrimento do gasto de custeio e social, e contingência e reduz até os gastos com investimento.

⁴⁰ De acordo com Santayana (1995:87) “*O Banco Central é ainda hoje um órgão dependente da Febraban. Mas os tecnocratas pretendem mais do que o concubinato; desejam divorciar o Banco do Estado, para que possam agir mais livremente. É por isso que insistem na tese espúria da independência do Banco Central. A independência seria, se viesse a concretizar-se, a legitimação da mancebia atual. Há perguntas que um dia serão feitas ao Banco Central, e que dificilmente serão respondidas*”.

Mínimo⁴¹”, a previdência pública deve ficar restrita apenas aos miseráveis e aos que “não deram certo”.

O resultado desse modelo aparece na forma com que o mercado financeiro internacional viabiliza, em um nível mais elevado, o crescimento da estrutura financeira em maior proporção que a estrutura produtiva e no pagamento de juros elevados⁴², estimulando a aplicação dos recursos na esfera financeira, em detrimento das aplicações na esfera produtiva. Além do que, mercados financeiros abertos e liberalizados, facilitam a migração de capital e ampliam o movimento desses capitais entre os países e entre as diversas aplicações, agravando a instabilidade⁴³; típica desses mercados financeiros.

Na nova arquitetura do mercado financeiro internacional, o patrimônio dos *hegde funds*, fundos altamente especulativos que operam em mercados futuros, formais ou de balcão, atingiu US\$ 1 trilhão no primeiro trimestre de 2005. Portanto, trata-se de uma enorme massa de dinheiro desgovernado que ameaça a estabilidade das finanças mundiais.

Mas, mesmo diante dessa realidade instável, os “Novos Liberais”, além de defender a liberdade de circulação de capitais e da livre conversibilidade das moedas, ainda atribuem aos países dependentes a responsabilidade para combater e evitar os efeitos perversos dessa ampla mobilidade de capital. Os neoliberais responsabilizam sempre os fatores domésticos pelas crises cambiais, quer seja pela ausência de um “ajuste fiscal necessário”, quer seja devido às falhas na regulação do sistema financeiro ou devido a políticas monetárias “frouxas”.

Em meio a todas essas idéias da avalanche do “Novo Liberalismo”, não foi difícil o domínio mundial por teorias que apresentam e interpretam o processo de globalização como um movimento de êxitos, benéfico e singular, na história do capitalismo. Segundo o

⁴¹ No “Estado Mínimo”, esse deve cuidar apenas da segurança, educação, saúde e de algumas poucas coisas, mas deixando as atividades produtivas nas mãos da iniciativa privada.

⁴² O Brasil não para de abrir vantagem na liderança do ranking dos países com os maiores juros reais do mundo. A mistura de inflação futura em baixa e juros em alta tem levado a taxa real (descontada a variação dos preços) brasileira a patamares elevadíssimos, em comparação a outros países, quer sejam emergentes ou desenvolvidos.

⁴³ “As disfunções começaram há muitos anos, deixando inúmeras vítimas pelo caminho: o sistema bancário japonês (e o próprio Japão), o sistema hipotecário norte-americano, a bolha da internet, a bolha dos “junks bonds”, a bolha com as dívidas dos emergentes, os fundos “piranhas” e, antes disso, as grandes jogadas contra o câmbio de países desenvolvidos”.(Nassif, Luís, 2005).

discurso dominante, a globalização levará à convergência das diferentes formações sociais que participam desse processo; de tal modo que nenhum país poderá recusar dele participar, a não ser que queira arcar com os custos dessa atitude, ficando à margem da história e sendo relegado ao esquecimento.

Pelo apresentado, percebe-se que, no final do século XX, o predomínio do “novo liberalismo” provocou o abandono das questões políticas e da responsabilidade social. Levou à deterioração do Estado e à dilapidação dos bens públicos de tal modo que nenhuma força social ou política opõe-se ou limita as ambições dos ideólogos do liberalismo econômico. Esses mesmos liberais difundiram a visão perniciosa da submissão do Estado às pressões e demandas da sociedade democrática, a tal ponto que os governos teriam e estariam aumentando os orçamentos irresponsavelmente e estariam no limite do insustentável.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ideal “Novo Liberal” da “eficiência” e da “modernidade” ganhou os corações e as mentes dos “nouveaux économistes”. Esse discurso procura concentrar no campo da Ciência Econômica e na decisão técnica⁴⁴ questões de cunho da Economia Política, em detrimento da esfera política e da esfera social.

Acrescente-se o fato de que, o “Novo Liberalismo” não utiliza uma teoria econômica que justifique sua ação, mas prescreve tão somente um conjunto de regras de conduta da política econômica para que o mercado tenha seu papel e importância restabelecida na economia capitalista. Utiliza e aplica conceitos e análise desenvolvidos em uma realidade econômica diferente da brasileira para analisar, identificar e resolver os obstáculos, que entravam a estabilização da economia brasileira.

⁴⁴ Na linha apresentada por Paulani (2006:p.9): “A política econômica entendida em seu sentido mais amplo não tem mais lugar. Há um deslocamento da ciência pela técnica, da Economics por uma espécie de Business Administration de Estado, que tem por único objetivo preservar a estabilidade monetária custe o que custar e garantir o “respeito aos contratos”.

Apoiado em um debate que se concentra e interessa mais ao mundo das finanças, o neoliberalismo gera estabilidade econômica, mas impede o crescimento econômico. Nesse contexto, o neoliberalismo apresenta o desemprego como decorrentes da intervenção indevida no livre mercado, do custo do trabalho e da consequência natural do desenvolvimento tecnológico, nesse novo mundo globalizado que está nascendo. Essa corrente adota uma linha que defende a precarização das relações e dos contratos de trabalho, que reduz os direitos sociais. Apela para falsas reformas e encobre que a falta de crescimento e o desemprego decorrem da sua própria recomendação de política econômica.

A alternativa ao neoliberalismo não era o único, nem o melhor, caminho a ser seguido pela sociedade brasileira. A crença dos liberais de que a sociedade organizada pelo mercado é, não somente a melhor, mas a única que possibilita o homem preservar a sua individualidade e a sua liberdade, levando ao progresso e bem estar da humanidade, carece de fundamento científico⁴⁵. Tudo não passa de ideologia.

O Brasil, que na década de setenta entoava o hino de ser “o país do futuro”, com a implementação do modelo “Novo Liberal”, vê-se diante da falta de perspectiva de crescimento e, desse modo, abdica de um futuro promissor. A economia brasileira somente tem apresentado crescimento baixo e volátil.

A economia brasileira cresceu (2,2%) menos que a economia do resto do mundo (3,8%), entre 1996 e 2005: revela estudo divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (Folha, 2006). Nesse período, a economia brasileira cresceu 22,4% e a economia mundial acumulou uma expansão de 45,6%. O estudo também ressalta que, caso o Brasil mantenha o ritmo de crescimento registrado nesses últimos dez anos de liberalismo, levará cerca de cem anos para dobra o nível de renda *per capita*⁴⁶ e chegar ao nível de renda de economias como a Coreia do Sul (US\$ 20.400,00) ou Portugal (US\$ 19.250,00).

⁴⁵ O economista coreano Há-Joon Chang, da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, afirma que os países desenvolvidos estão querendo “reescrever a história” com a defesa incondicional do livre mercado. No livro “Chutando a Escada”, o economista busca mostrar como os países desenvolvidos estão deixando de lado os próprios mecanismos protecionistas, dos quais se valeram no passado para se desenvolver, quando recomendam e defendem a estratégia do livre comércio como solução para as nações em desenvolvimento.

⁴⁶ A projeção feita para calcular o PIB *per capita* usou o cálculo da paridade do poder de compra, que procura levar em consideração as diferenças de preços ou de custos de vida entre os vários países e o poder de compra das diferentes economias. Nesse estudo o PIB *per capita* do Brasil ficou em US\$ 8.020,00, o PIB *per capita* dos Estados Unidos com US\$ 39.710,0 e da Argentina apresentou um PIB *per capita* de US\$ 12.460,00.

O Brasil que, durante os anos 30 e os anos 70 do século passado, foi um dos países que mais cresceu, transformou-se no oitavo produto industrial do mundo, sem grandes avanços sociais. Nesse período, o nosso país não realizou a reforma agrária, não realizou uma reforma tributária que determinasse que os ricos pagassem impostos e nem, tampouco, fez a reforma social necessária para construir um Estado do Bem-Estar Social (Belluzzo, 2005).

A implementação do liberalismo elevou os graves problemas estruturais e não objetivou melhorar o quadro social brasileiro. Diante da realidade de domínio do “Novo Liberalismo”, que tem preocupações com competitividade, eficiência e mercado, o debate sobre os problemas do Brasil ficou mal enfocado. Nessa realidade econômica e social brasileira, que exclui a grande maioria, o pensamento neoconservador procura legitimar o *status quo* através do discurso técnico, das leis econômicas universais do mercado e na defesa da eficiência e da ação racional da administração pública.

Nossa economia, ao se defrontar com crises recorrentes, deixa atônitos os ideólogos da corrente ortodoxa que procuram explicações diferentes para seus retumbantes fracassos. Uma queda na taxa de crescimento econômico leva apenas a um posicionamento crítico que reivindica um abrandamento na política macroeconômica.

O aparecimento de críticas à política econômica, a partir do segundo semestre de 2005, deixou os antigos críticos do modelo “Novo Liberal” e da política econômica implementada no Brasil nos governos Collor, FHC e Lula, espantados e surpresos com a posição de um grande número de economistas que, até há pouco tempo, apoiavam entusiasticamente essa mesma política econômica. Todavia, como salienta Cardim de Carvalho (2005), enquanto os antigos críticos querem mudança no regime de política macroeconômica, os novos críticos querem apenas ajustá-lo, de forma a torná-lo mais benigno.

Essa posição dos “novos críticos” leva à conclusão de que é necessário mudar radicalmente o foco do debate brasileiro⁴⁷. Juro e câmbio, déficits e superávits, são

⁴⁷ Como afirma Gomes (2006): “Não obstante essas iniciativas é preciso ousar mais, pensar com arrogância sobre os grandes problemas brasileiros. Urge romper com a camisa de força que nos prende às questões imediatas, aos temas conjunturais, à mediocridade econômica. Não podemos ficar apenas discutindo metas de inflação, taxas de juros, câmbio, superávit primário, risco-país etc. Temos que pensar grande. Pensar o país em termos de desenvolvimento econômico, planejamento, distribuição de rendas e o lugar que ele deve ocupar no mundo”.

importantes, sim. São, porém, muito menos importantes do que a luta para resgatar um projeto revolucionário de desenvolvimento, transformação e de construção nacional que ponha fim ao predomínio nocivo do neoliberalismo financeiro. É preciso criar um modelo para crescer, aumentar a renda, criar mais empregos e reduzir as desigualdades.

O Brasil precisa fugir do neoliberalismo. O Brasil não terá futuro se continuarmos excluindo a maioria da população dos benefícios do avanço do capitalismo na nossa economia. Nessa direção, a intervenção Estado é fundamental para a implementação de qualquer projeto de desenvolvimento econômico e social. Acontece que, o projeto neoconservador trabalha para que o Estado apenas realize as tarefas de sua agenda, que são a garantia da segurança jurídica dos contratos, manutenção da ordem pública e defesa incondicional da propriedade privada (Santos, 2006). Nesse rumo, o discurso é de eficiência na administração pública, necessidade de um gerente ou coisa que se assemelhe.

Às vésperas das eleições presidenciais de 2006, e pelo retrospecto dos últimos anos, já sabemos ser tolice esperar por mudanças substanciais num futuro governo, seja tucano, seja petista⁴⁸. Aliás, os tucanos têm projetos ainda mais conservadores que o neoliberalismo de Lula.

Representando uma segunda onda liberal, a proposta do atual sócio da Quest Investimentos e ex-ministro de FHC, Luis Carlos Mendonça de Barros, objetiva e já articula influenciar Geraldo Alckmin na formulação do seu programa de governo. Mendonça de Barros⁴⁹, em documento que a revista Carta Capital (Pinheiro, 2006) teve acesso, propõe: a) aperfeiçoar o regime de metas de inflação; b) reduzir os gastos do governo e diminuir o tamanho do Estado na economia; c) aumentar o grau de abertura da economia brasileira para o exterior; e d) levar à frente a reforma previdenciária, trabalhista, administrativa e tributária.

Trata-se de uma proposta que caminha rumo ao aprofundamento do neoliberalismo, com a continuação da maior integração dos mercados, que objetiva uma

⁴⁸ Concordo com Unger (2006) quando afirma: “*E agora? Será o país obrigado, na eleição presidencial vindoura, a escolher entre dois candidatos dos banqueiros e dos rentistas, ambos representantes das forças que colaboraram no esvaziamento das instituições republicanas? Nossa primeira obrigação é lutar, ainda, para construir, nessa sucessão presidencial, alternativa de rumo e de poder: nacional, produtivista, capacitadora e legalista, comprometida em botar o Brasil para trabalhar e para aprender e em separar a política dos negócios*”.

maior flexibilização das relações do trabalho e avança na diminuição do papel do Estado, eliminando investimentos em serviços sociais, em previdência, saúde e educação. Uma possível vitória do PSDB, por incrível que pareça, representará um retrocesso ainda pior⁵⁰.

Diante dos pífios resultados dos últimos três anos e de uma falta de alternativas, é pertinente a afirmativa do economista Paulo Nogueira Batista Jr., que diz que diante da estupidez do pensamento único, imposto pelos neoliberais, talvez restasse, aos economistas políticos independentes, apelar para a ironia.

Desse modo, concluo usando as palavras de Luis Inácio Lula da Silva, em novembro de 2000, em entrevista à revista Caros Amigos:

“Se um ganhar a presidência para fazer o mesmo que o Fernando Henrique Cardoso está fazendo, preferiria que Deus me tirasse a vida antes. Para não passar vergonha. Porque sabe o que acontece? Tem muita gente que tem o direito de mentir, o direito de enganar. Eu não tenho. Há uma coisa que tenho como sagrada: é não perder o direito de olhar nos olhos de meus companheiros e de dormir com a consciência tranqüila de que a gente é capaz de cumprir cada palavra que a gente assume. E, quando não as cumprir, ter a coragem de discutir por que não cumpriu”.

Espera-se a morte do presidente para breve?

⁴⁹ Dá para perceber que esse representante do capital financeiro defende uma maior integração comercial e financeira como alternativa a ser perseguida.

⁵⁰ Metido no meio das duas correntes, o candidato Geraldo Alckmin terá que decidir uma disputa entre economistas de duas tendências, a monetarista e a “desenvolvimentista”. De um lado, a ala dita “desenvolvimentista”, capitaneada pelo ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros e pelo economista Yoshiaki Nakano, defende o abrandamento da política fiscal, praticada sob Fernando Henrique Cardoso e aprofundada sob Lula. De outro, a ala mais afinada com a ortodoxia monetária, representada pela chamada “turma da PUC do Rio”, reunida na Casa das Garças. A lista de associados deste instituto de estudos econômicos é composta por nomes como Armínio Fraga, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Edmar Bacha. A teoria tucana da “turma da PUC do Rio” passa pela tese de que o equilíbrio das contas do Estado não será obtido senão por meio do aprofundamento do arrocho fiscal e dos cortes das despesas públicas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

ASSIS, José Carlos de. **Derrota da tecnocracia na votação do mínimo**. Disponível em: <<http://www.Desempregozero.org.br>,> Acesso em: 10 maio 2005.

_____. **O salário mínimo e o superávit máximo**. Disponível em: <<http://www.desempregozero.org.br>,> Acesso em: 10 maio 2005.

_____. **Razões fiscais para aumentar o mínimo**. Disponível em <<http://www.desempregozero.org.br>,> Acesso em: 10 maio 2005.

_____. **Uma visão do real problema do Brasil**. Disponível em: <<http://www.desempregozero.org.br>,> Acesso em: 10 maio 2005.

_____. **A matriz econômica das políticas públicas**. Disponível em: <<http://desempregozero.org.br>> Acesso em: 14 março 2006.

_____. **Esta na rua mais uma revolução francesa**. Disponível em: <<http://desempregozero.org.br>> Acesso em: 21 março 2006.

BANCO MUNDIAL, **Globalização, crescimento e pobreza**. Relatório de pesquisa política do Banco Mundial. São Paulo: Futura, 2003.

BATISTA, Paulo N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos, In: _____, et all. **Em defesa do interesse nacional**: desinformação e alienação do patrimônio público. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.99/144.

BAUMAN, Zigmunt. **Em busca da política**. Disponível em: <<http://www.agenciartamaior.com.br>,> Acesso em: 1 junho 2005.

BELLUZZO, Luiz G. **O Brasil fez opções equivocadas**. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/Istoé>> Acesso em: 02 novembro 2005

BENJAMIN, César. **Triste destino**. Disponível em: <<http://www.desempregozero.com.br>,> Acesso em 21 junho 2005.

BRESSER PERREIRA, Luis C. Câmbio e juros, **Folha de São Paulo**. São Paulo, 9 maio 2005, Caderno: Folha Dinheiro.

_____. **Giddens, Lula e a ortodoxia convencional**. Disponível em: <<http://www.folha.com.br/foalha>> Acesso 13 março 2006

CANO, Wilson. Cabe rechaçar este modelo In: **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 173, p. 9-10, dez. 2003.

CARDIM DE CARVALHO, Fernando J. **Os críticos e os críticos da política econômica.** Disponível em: <<http://desemprgozero.org.br>> Acesso em 14 março 2006.

CARVALHO, Carlos E. **Governo Lula, o triunfo do neoliberalismo.** Disponível em: <<http://agenciartamairo.com.br>> Acesso em: 1 maio 2005.

CHAUÍ, Marilena. Se não era para mudar para que votar em Lula? **Primeira Leitura.** São Paulo, n..17, Jul. 2003.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

_____, **Tobin ou not Tobin:** porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos. São Paulo; Editora UNESP, 1999.

COSTA FILHO, Samuel. A Teoria econômica diante da atual dinâmica financeira das economias capitalistas. In: **Cadernos da FACECA.** Campinas: FACECA PUC-Campinas, V. 9, N. 1, P. 68/98 jan./jun. 2000.

_____, **A Hipótese da instabilidade financeira diante do capitalismo globalizado.** Universidade Federal do Piauí. Teresina: Departamento de Ciências Econômicas, Maio, 2002. (Texto para discussão N. 1).

COSTA FILHO, Samuel. O Gasto público e The golden age of capitalism – Bleaney e a importância da política keynesiana para o crescimento. In: **Revista de Ciências Humanas.** Universidade do Extremo Sul Catarinense. V. 6, N.1. Criciúma: FUCRI/UNESC, 2000.

COUTINHO, Luciano. **Crescer, mas com equidade.** Disponível em: <<http://www.folha.com.br/folha>> Acesso em 19 fevereiro 2006, folha dinheiro.

DURÃO, Vera S. Estudo diz que país optou pela “servidão financeira” In: **Valor Econômico.** 8 novembro 2005.

FERREIRA, Assuéro. **Limites da acumulação capitalista:** um estudo da economia política de Michal Kalecki. São Paulo: Hucitec, 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Crescente participação do agronegócio** Disponível em: <<http://www.folha.com.br>,> Acesso em: 14 março 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. O Longo vôo da Galinha o Brasil: **Brasil cresce menos que mundo desde 1996.** Disponível em: <<http://www.folha.com.br>,> Acesso em: 23 março 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Polêmica marca elaboração de programa de Alckmin.** Disponível em: <<http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br>> Acesso em: 26 março 2006.

FRANCO, Gustavo H. B. **O Desafio brasileiro**: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda. São Paulo: Editora 34, 1999.

FURTADO, Celso. **Em busca de um novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Mauricio M. Políticas neoliberais? Mas o que é o neoliberalismo? **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 171-190, jun. 2000.

GOMES, Fábio G. **A Mediocridade econômica e ruptura política**. Disponível em: <<http://desempregozero.org.br>> Acesso em 12 março 2006.

GONÇALVES, Reinaldo. Economia está mais vulnerável. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 173, p. 11-12, dez. 2003.

_____, **O Brasil e o comércio internacional**: transformações e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2000.

_____, **A macroeconomia de Lula**. Disponível em: <<http://desempregozero.org.br>> Acesso em: 1 maio 2005.

HASHIZUME, Maurício. **Medo da inflação não pode ir tão longe, adverte coreano**. Disponível em: <<http://agenciartamainor.org.br>> Acesso em: 25 março 2006.

JURUÁ, Ceci V. **Resultados do triênio 2003/2005: crescimento e repartição da renda nacional**. Disponível em: <<http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil>> Acesso: 17 março 2006.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Edusp, 2000.

MALAGUTI, Manoel L; CARCANHOLO, Reinaldo; CARCAHOLO, Marcelo D (Orgs.) **Neoliberalismo**: a tragédia do nosso tempo. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. (Orgs.) **A quem pertence o amanhã?** Ensaio sobre o neoliberalismo. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MALDONADO FILHO, Eduardo. Globalização e neoliberalismo: o surgimento do novo ou volta ao passado? In: Carriom, Raul K. M; Vizontini, Paulo G. F, (org.) **Globalização, neoliberalismo, privatizações**: quem decide este jogo? Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 1998. P.21/33.

MEDEIROS, Rodrigo L. **Abaixo da média, reflexões para o ano eleitoral**. Disponível em: <<http://desempregozero.org.br>> Acesso em 12 março 2006.

MOLO, Maria de Lourdes R. **O Neoliberalismo: O que é? De onde veio? Para onde vai?** Brasília: UNB, Departamento de Economia. 1996. Série Textos Didáticos, 17.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: editora SENAC, 2001. (Série Ponto Futuro, 6).

_____, **Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa.** Campinas: IFCH-UNICAMP. 1997. p. 30 (Primeira Versão).

_____, Economia, Política e Ideologias. In: **Primeira Versão**, 83. Campinas: IFCH, ABRIL/99.

MUNHOZ, Dércio G. **América Latina: ortodoxia econômica e dependência financeira.** Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.nuca.download>> Acesso em: 3 junho 2005/a.

_____, **Fracasso da política econômica ditada pelo FMI.** Disponível em: <<http://www.ndnews.com.br>> Acesso em: 3 junho 2005/b.

_____, **O déficit do setor público brasileiro: uma avaliação.** Brasília: UNB/ Departamento de Economia. Texto para discussão n. 123, p.109, jul. /1984.

NASSIF, Luís. A Financeirização faliu. , **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 maio 2005.

_____, Mudar para desenvolver. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 agosto 2003.

_____, **Um mestre do mimetismo.** Disponível em: <<http://www.folha.com.br/folha>> Acesso em: 28 de março 2006.

NETTO, Delfin. Piadas e previsões. **Carta Capital**, São Paulo, n. 209, p. 22, out. 2002.

PATÚ, Gustavo. **A especulação financeira.** São Paulo: PubliFolha, 2001 (Folha explica).

PAULANI, Leda, **Celso Furtado e a dialética do desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.agenciartamajor.com.br>> Acesso em: 17 maio 2005.

_____, **Neoliberalismo e retórica: o capítulo brasileiro.** Disponível em <www.anpec.org.br/encontro2004/textos.htm> Acesso em 4 abril 2006

PINHEIRO, Márcia. Na planilha do tucanato. In: **Carta Capital**, ano XXII, n. 385, 22 março 2006.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2002.

_____, **Plutocracia do capital financeiro.** Disponível em: <<http://www.agenciartamajor.com.br>> Acesso em: 1 maio 2005.

_____, **Uma nova escravidão?** Disponível em: <<http://agenciartamairo.com.br>> Acesso em 24 de maio de 2005.

_____, **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

_____, **Desigualdade: o x do problema.** Disponível em: <<http://www.correiodacidadanis.com.br>> Acesso em: 13 março 2006

ROSENFELD, Denis. **Quem é liberal.** Disponível em <<http://www.Aol.com.br/colunistas>>. Acesso em: 31 março 2004.

SADER, Emir. **Ressaca latina.** Disponível em: <<http://www.agenciartamair.com.br>> Acesso em: 3 junho 2005.

_____, **Pós-Palocci ou Pós-Neoliberalismo.** Disponível em <<http://www.agenciartamair.com.br>> Acesso em: 28 março 2006.

SANTAYANA, Mauro. O terceiro estado nacional. In: Batista, et all, **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.81/98.

SANTOS, Boaventura de S. **O Regresso do Estado?** Disponível em: <<http://www.agenciartamair.com.br>> Acesso em 26 março de 2006.

SAYAD, João. **Que país é este?** Rio de Janeiro: Editora Renavan, 1999.

_____, **O dólar.** São Paulo; PubliFolha. 2001, (Folha explica).

SOARES, Laura T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2000.

STEINBRUCH, Benjamin. **Ser um Bric.** Disponível em <<http://www.folha.com.br/folha>> folha dinheiro. Acesso em: 14 março 2006.

TABACOF, Boris. **Os novos Bilionários.** Disponível em: <<http://www.folha.com.br/folha>> Acesso em 17 março 2006.

TAVARES, Maria da Conceição. **Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada.** Rio de Janeiro; Record, 1999.

_____, O Dissenso de Washington. In: Batista, et all **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.67/80.

TIRIBA, Lia. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. In: **Jornal dos Economistas,** Rio de Janeiro, n. 173, dez. 2003.

UNGER, Roberto M. **Agenda ainda não encontrada**. Disponível em:
<<http://www.folha.com.br/folha>> Acesso em 14 março 2006.

_____, **Atalhos e caminhos**. Disponível em : <<http://www.folha.com.br/folha>> Acesso
em 28 de março de 2006.